

EXCLUSÃO SOCIAL: uma nova concepção para velhos problemas

Carlos Nelson dos Reis**

RESUMO

Desde meados dos anos 80 a questão exclusão social vêm sendo ponto permanente nas agendas das diferentes economias mundial. A temática inicia sua discussão, de forma mais intensa, na Europa, mais especificamente na França e prolifera-se para outras economias desenvolvidas para posteriormente alojar-se nas economias em desenvolvimento. O termo exclusão social trata um fenômeno que abrange diferentes formas e níveis e define-se a partir da situação e do momento político, econômico e social de cada local ou região onde o fenômeno esteja ocorrendo. O presente texto inicia tratando da complexidade que envolve a definição do fenômeno exclusão social e, posteriormente, mostra como a questão é vista na esfera dos países desenvolvidos.

PALAVRAS CHAVES: Exclusão social – Pobreza - Indigência

Introdução

O presente texto tem por objetivo desenvolver um conjunto de observações a respeito do significado de exclusão social. Para tanto, é necessário que se destaque que: primeiro, o termo exclusão social trata um fenômeno que abrange diferentes formas e níveis e define-se a partir da situação e do momento político, econômico e social de cada local ou região onde o fenômeno esteja ocorrendo; e, segundo, não se trata de nenhuma situação nova, pois, em realidade, as sociedades sempre evoluíram com a convivência de pobres, mendigos, moradores de rua e outros. A novidade que ora se apresenta em termos de exclusão social está no fato que a determina e na origem dos sujeitos inseridos neste contexto. Para tanto o texto inicia tratando da complexidade que envolve a definição do fenômeno exclusão social. Posteriormente mostra como a questão é vista na esfera dos países desenvolvidos.

1 - A complexidade de uma definição

A literatura recente tem apontado para a significativa complexidade que envolve o termo exclusão social. Destacando a existência de uma grande dificuldade para se chegar a uma definição geral, principalmente pela compreensão do significado

nas diferentes regiões onde o fenômeno ocorre. Assim sendo, para que se obtenha uma melhor compreensão da questão, é necessário que se faça uma breve retrospectiva, destacando as principais categorias e componentes do fenômeno.

É inequívoco que, do grupo de categorias que compõe a exclusão social, a pobreza se destaca como uma das formas mais antigas de indicação para as desigualdades extremas entre os indivíduos. Nesta perspectiva, a pobreza sempre foi uma situação presente nas sociedades, independentemente do modo de produção por elas adotado, não podendo serem esquecidas porém, as diferentes definições existentes sobre essa categoria, pois na sociologia clássica tem-se uma definição muito mais ampla, se comparada ao conceito da economia clássica, que se preocupa mais em medir principalmente a partir da renda. Com o passar dos tempos, outras várias formas de diferenças sociais passam ser observadas.

Aproximando as atenções para o período recente, é possível destacar que nos antecedentes à reestruturação produtiva dos anos 80 é notória e significativa a existência de indivíduos privados de condições materiais, de emprego, de moradia, de saúde, de alimentação entre outros. Na verdade, uma situação que há muito fazia parte da sociedade em geral e que atingia, via de regra, apenas as camadas populares.

Mais pontualmente, questão da exclusão social começa a mobilizar o contexto mundial a partir dos anos 80, quando das reformas dos sistemas de proteção social, em diferentes países, somadas à reestruturação produtiva contribuíram para o aumento das desigualdades e, principalmente, para o surgimento da chamada “nova pobreza”. Onde os integrantes desta categoria são, via de regra, indivíduos oriundos do processo de desemprego estrutural.

Como consequência da perda do emprego, esses trabalhadores passaram a ser excluídos da sociedade, das relações e dos direitos. Portanto, definir o termo exclusão social torna-se uma tarefa das mais complexas, são várias questões interligadas, pois o excluído no período atual, não é somente aquele que vive em condições de pobreza.

Com o auxílio das informações contidas no Quadro 1, onde se listam categorias definidoras das velhas e novas formas de exclusão social, é possível visualizar uma aproximação do conjunto de situações que compõe o universo em análise. Daí retira-se uma essência “multidimensional” do fenômeno, para tanto inclui-se a idéia de falta de acesso não somente de bens e serviços, mas também à segurança, justiça e cidadania.(Rodger, 1994). Nesta mesma direção é preciso destacar que, pelo fato de a essência apresentar várias dimensões, em termos

individuais, é possível estar excluído em algumas das categorias e não em outras. Ou seja, um indivíduo pode estar excluído do mercado de trabalho mas não da possibilidade de garantir a sobrevivência, pelo fato de existirem transferências relacionadas a um sistema de previdência. (Dupas, 1999)

A intenção com as informações do Quadro 1, é pontuar, ainda que de forma bastante ampla, duas grandes categorias: a velha exclusão social e a nova exclusão social. Na primeira incluem-se as tradicionais categorias que indicam as diferenças sociais que, via de regra, desde há muitos anos são variáveis comuns nos países em desenvolvimento, ou, como a literatura consagrou indicar “Problemas de Terceiro Mundo”. Por sua vez, a segunda grande categoria – nova exclusão social – deve ser vista sob duas perspectivas: a) para os países em desenvolvimento, ela contém o estoque da velha exclusão social e o fluxo de novas variáveis que se estabelecem a partir, principalmente, do desemprego estrutural; b) para os países desenvolvidos, a nova exclusão, ou a nova pobreza, significa a classificação de trabalhadores que se inserem nas categorias que se estabelecem a partir do desemprego estrutural (Quadro 1). O aumento e a proliferação dessas variáveis vêm preocupando e gestando, no seio do Primeiro Mundo, situações problemáticas, até então muito comuns no Terceiro Mundo.

Quadro 1

Categorias que permitem a mensuração das
Velhas e novas formas de exclusão social

Velhas formas de exclusão social	Novas formas de exclusão social
----------------------------------	---------------------------------

Pobre Miserável Mendigo Pedinte Indigente Subnutrido Minorias sociais Idosos Deficientes Mulheres Negros Índios Analfabetos Exclusão política (1)	Pobre Miserável Mendigo Pedinte Indigente Subnutrido Minorias sociais Idosos Deficientes Mulheres Negros Índios Analfabetos Exclusão política (1)
	Desemprego estrutural Exclusão de bens e serviços Exclusão do mercado de trabalho formal Exclusão da terra Exclusão da segurança Exclusão dos direitos humanos

Fonte: Sistematização do autor.

(1) Ao perceber-se o quanto o indivíduo é excluído em cada sociedade, deve-se salientar a exclusão política destes, ou pobreza política, por não se reconhecerem como excluídos, deixando de questionar e lutar pelos seus direitos e cidadania. A pobreza política é, portanto, o que move e auxilia na continuidade de tantas outras formas de exclusão. Desse modo, embora existam tantas outras formas de exclusão, é relevante destacar: “*A condição mais aguda de pobreza é a exclusão de caráter político, historicamente produzida, mantida, cultivada (...) a exclusão mais radical que a história conhece é a política, ou seja, aquela que faz o excluído não perceber sua exclusão, tornando-se o objeto dos privilégios e das ajudas.*”(Demo, 1996, pg. 3)

A partir da sistematização proposta no Quadro 1 é possível formular o seguinte equacionamento: a exclusão social, independentemente da época, pode ser entendida como a soma da exclusão econômica com a exclusão política, onde cada uma dessas categorias contém as seguintes subcategorias: **A** significando a exclusão social; **b**, a exclusão econômica; e **c**, a exclusão política.

$$A = b + c$$

sendo:

b = pobre + miserável + pedinte + indigente + subnutrido + desempregado e outros.

c = minorias sociais + segurança + direitos humanos e outros.

Ao considerar-se, os aspectos anteriormente comentados, tem-se que o atual contexto da exclusão social assume grandes dimensões. Dentre outros fatores, cumpre

destacar, a diminuição de postos de trabalhos, problemática que vêm evoluindo em proporções significativas no conjunto da classe trabalhadora mundial, gerando dentro desse segmento, outras formas de exclusão, conforme destacado no quadro 1.

O aspecto multidimensional em seus vários níveis são facilmente detectados pois “(...) *exclusão social (...) é um fenômeno multidimensional que superpõe uma multiplicidade de trajetórias de desvinculação.*” (Wanderley, 1999, pg. 80).

Isto significa que a força de trabalho que se encontra excluída do mercado poderá, conseqüentemente, estar excluída de bens e serviços, do acesso à moradia, dos direitos humanos, da segurança, de justiça e cidadania. Assim, são muitas as variações no modo de excluir, desigualdades econômicas, sociais, políticas e culturais as quais funcionam como determinantes dos níveis de cada exclusão de cada sociedade, em cada local ou região (Rodger, 1994).

Alguns trabalhadores, mesmo os inseridos no mercado, estão sujeitos a atividades inseguras e de baixa remuneração, como, por exemplo, ocupações no mercado informal. Na sua maioria, estes excluídos do mercado de trabalho formal se assemelham quanto ao sexo, à raça e à nacionalidade, sendo esta uma situação que atinge o mercado mundial (Rodgers, 1994).

Os indivíduos inseridos na categoria Velha exclusão social, que sempre estiveram presentes na sociedade, independente do período analisado, nunca tiveram tanta expressão quanto os da Nova exclusão social, pois o aumento na taxa de desemprego total trouxe muitos efeitos sociais negativos para as famílias a partir da sobrecarga de trabalho, que em algumas situações obrigou a duplicação da jornadas de trabalho, afetando diretamente as relações, gerando casos de violência doméstica, alcoolismo, dependência química, entre outros (Schnapper, 1996).

O emprego, após a revolução tecnológica, tornou-se flexível, precário e desprovido de garantias de estabilidade, aumentando consideravelmente os contingentes de excluídos. “(...) *os excluídos, na terminologia dos anos 90, não são residuais nem temporários, mas contingentes populacionais crescentes que não encontram lugar no mercado*” (Wanderley, 1999, pg. 77).

Na atualidade, é possível observar grande redução dos empregos através da reestruturação capitalista, onde os empresários se voltam para a redução do emprego e o aumento de produtividade, além da subcontratação de empregados. Os investimentos em tecnologia também desempenham o papel de reduzir o número de

vagas nas empresas, trocando o trabalhador por maior rapidez e eficiência das máquinas.

Portanto, essa mudança no mercado de trabalho modificou as relações entre empregado e empregador. Anteriormente, a preocupação baseava-se nas formas e nas condições de exploração. Atualmente, a dificuldade é encontrar uma maneira de inserir os indivíduos no mercado de trabalho, principalmente os jovens.

O desemprego observado atualmente caracteriza as economias mundiais, onde a flexibilização do trabalho está sendo acompanhada de contínua precarização das condições e das relações de trabalho, que contribui para a exclusão dos indivíduos, pois, ao se fecharem às possibilidades de emprego no setor formal, procuram o setor informal. Essa realidade agrava-se pela falta de iniciativa de governos e sociedade para reverter tal situação e, principalmente, por aumentar a exploração e a concentração de renda.

Portanto, a complexidade em se definir o termo exclusão social, primeiramente, surge pela necessidade de se reconhecer o lugar onde o indivíduo se encontra, pois *“Os modos de excluir são diferentes em cada contexto histórico, ora prevalecendo critérios discriminatórios de mercado, ora simbólicos, ora de gênero, todos com raiz política”* (Demo, 1996, pg. 2).

Desse modo, é possível observar tamanha complexidade de se definir o fenômeno da exclusão social, pois, atualmente, a sociedade convive com as velhas formas de se excluir, como se estas não fizessem mais parte do contexto, enquanto o desemprego estrutural atinge milhares de indivíduos, excluindo, ainda mais, agora, além dos pobres, mendigos e outros, a classe média em todo o mundo.

2 – A exclusão social no contexto dos países desenvolvidos

As mudanças ocorridas na matriz produtiva e no mercado financeiro a partir dos anos 80, juntamente com a queda do protecionismo e a integração dos mercados financeiros, modificou o modo de vida da classe média, alterando, principalmente, seus empregos, assim como suas rotinas e relacionamento com a sociedade. As mudanças no mercado de trabalho ganham expressão a partir do aumento significativo das taxas de desemprego em alguns países desenvolvidos. As informações contidas na Tabela 1 permitem observar um extrato da dimensão das taxas de desemprego em alguns países selecionados.

Tabela 1

Taxa de desemprego em alguns países
Selecionados - 1997

Regiões	Países	Taxa de desemprego
Europa	França	12,4
	Alemanha	10,4
	Itália	12,2
	Espanha	22,4
América	EUA	4,7
Ásia	Japão	3,1

Fonte: INTIGANO, Béatrice Majnoni. A fábrica de desempregados. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1999.

Esses dados demonstram o quanto alguns dos grandes países, principalmente Itália, França, Alemanha e Espanha, convivem no final da década de 90, com elevados índices de desemprego. As taxas encetaram uma tendência crescente a partir do momento que estes países iniciaram a mudança em suas respectivas bases produtivas, gerando uma queda dos empregos industriais e prejudicando os empregos de trabalhadores menos qualificados (Intignano, 1999).

Diferentemente, os Estados Unidos e o Japão não demonstram taxas tão elevadas quanto os países europeus, pois, até 1970, os EUA apresentavam índice de desemprego muito maior que a Europa e o Japão, mas consegue reabsorver rapidamente o desemprego. *“A América ganhou, assim, todas as batalhas contra o desemprego desde o início dos anos 80. Mas a Europa perdeu a guerra. O desemprego americano se mostra cíclico atualmente. O desemprego Europeu evidencia-se estrutural”* (Intignano, 1999, pg. 71).

As taxas de desemprego nos países destacados na Tabela 1 avançam juntamente com o processo de globalização das economias, mas, como se pode perceber, os EUA e o Japão não apresentam tais elevações, o que não significa que essa questão não se apresente como um problema nesses países. Nos EUA, uma das razões de tal diferença seria a sua hegemonia e liderança nas inovações tecnológicas, portanto, essa vantagem também lhe deu a possibilidade de expandir os empregos no

setor serviços, com os “novos” empregos flexíveis.

“(…) a pouca rigidez de seu mercado de trabalho e a fragilização do seu esquema sindical permitiram uma redução das remunerações médias, ao contrário da grande maioria dos países europeus, onde os sindicatos lutaram pela manutenção de salários e benefícios, causando impactos negativos na geração de empregos” (Dupas, 2000, pg. 120).

Nos EUA, observa-se, também, uma forte expansão das mulheres no mercado de trabalho, e, principalmente, do setor informal ou de novas tecnologias. Portanto, os EUA demonstram que o crescimento econômico ainda gera empregos, mas não consegue diminuir suficientemente o índice de desemprego. Com os dados relacionados no Quadro 2, podem-se verificar as “vantagens” dos EUA em ser uma economia tecnologicamente avançada, pois esta, ao gerar desemprego por uma lado, por outro, consegue absorver uma grande parte na abertura de novas vagas em outros setores.

Quadro 2

Setores que mais geraram aumento na redução
de empregos nos Estados Unidos – jan/90 – jul/95

Setores da Atividade Produtiva			
Os que mais demitiram		Os que mais empregaram	
Setor	Número	Setor	Número
Aviação	251 000	Agência de serviços temporários	899 000
Bancos	247 000	Enfermagem, cuidados de saúde	785 000
Lojas de roupas femininas	147 000	Restaurantes e bares	738 000
Equip. de busca e navegação	128 000	Governos locais e estaduais	587 000
Computação (hardware)	116 000	Computação (software)	345 000
Mísseis e veículos espaciais	90 000	Hospitais privados	344 000
Construção residencial	60 000	Recreação	290 000
Estradas de ferro	51 000	Consultórios médicos	255 000
Atacadista de máquinas	48 000	Serviço de entrega	222 000
Componentes eletrônicos	47 000	Serviço de apoio e negócios	204 000

Fonte: DUPAS, Gilberto. Economia Global e Exclusão Social: pobreza, empregos, Estado e o futuro do capitalismo. São Paulo : Paz e Terra, 2000.

Os dados contidos no Quadro 2 auxiliam na compreensão do fato de os EUA apresentarem taxas de desemprego baixas, pois foram demitidos 1.185.000 mil trabalhadores que se encontravam empregados em atividades mais voltadas ao mercado formal, algumas relacionados à indústria, como as citadas acima. Por outro

lado, empregou 4.669.000 mil trabalhadores, mas o que chama atenção nesses novos empregos são os tipos de atividades, pois as agências de serviços temporários empregaram a maior parte – 899.000 mil sujeitos para fazer parte de sua força de trabalho –, sendo, como o próprio nome diz, contratos de trabalhos de alguns meses, semanas ou dias. Assim como o setor de computação, que, ao mesmo tempo, dispensou trabalhadores de um lado – *hardware* – e empregou de outro – *software*.

As modificações no mundo do trabalho afetaram a maioria dos países, poucos, como os EUA e o Japão, conseguem associar o desenvolvimento tecnológico com novos empregos, sendo necessário, porém, observar os tipos de empregos (Dupas, 2000). Por outro lado, a diminuição da ação do Estado também está contribuindo para a elevação das taxas de desemprego, pois este, além de privatizar algumas de suas funções, não cria formas eficazes de diminuir esses índices, deixando a responsabilidade para as relações de mercado.

"As transformações na evolução e composição do emprego têm sido acompanhadas de mudanças significativas no padrão de uso e remuneração da força de trabalho. O avanço da desregulamentação do mercado de trabalho, a flexibilização dos contratos de trabalho e das legislações social e trabalhista, a queda nas taxas de sindicalização e no número de greves revelam o maior grau de autonomia das empresas" (Pochmann, 1999, pg. 34).

As informações contidas na Tabela 2 revelam que, ao longo dos anos, houve uma diminuição do emprego no setor agrícola e na indústria e um aumento deste no setor serviço, que, embora tenha aumentado seu índice de ocupação, não apresentou uma absorção total da mão - de - obra.

Tabela 2

Variação percentual da estrutura ocupacional sobre
O emprego total em países e anos selecionados – 1870/1995

Países	Agricultura				Indústria				Serviços			
	1870	1920	1960	1995	1870	1920	1960	1995	1870	1920	1960	1995
Alemanha	49,5	33,3	13,8	3,0	28,7	38,9	48,2	37,0	21,8	27,6	38,0	60,0

EUA	50,0	28,9	8,0	2,7	24,4	32,9	32,3	24,1	25,6	38,2	59,7	73,2
França	49,2	43,6	21,4	5,1	27,8	29,7	36,2	27,7	23,0	26,7	42,4	67,2
Inglaterra	22,7	14,2	4,1	2,2	42,3	42,2	47,8	26,2	35,0	43,6	48,1	71,6
Japão	72,6	56,4	30,2	5,9	-	19,6	28,5	34,3	-	24,0	41,3	59,8

FONTE: POCHMANN, Márcio. **O trabalho sob fogo cruzado. Exclusão, desemprego e precarização no final do século.** São Paulo, Contexto: 1999, pg. 31.

Pelas informações contidas na Tabela 2, é possível observar a mudança ocorrida nos setores de atividade, sendo os EUA o país que apresenta o maior índice – 73,2% do emprego total no setor de serviços -, pois o avanço tecnológico desse país propiciou a abertura de postos de trabalho ligados à tecnologia e a informática, não significando que, com a plenitude, aqueles segmentos antes pertencentes aos setores agrícola e industrial estejam inseridos nesse novo mercado.

"O setor de serviços, apesar de ampliar a sua participação na estrutura ocupacional, mostra-se incapaz de ampliar os postos de trabalho proporcionalmente à queda nos outros setores devido aos efeitos racionalizadores das novas tecnologias, que também passam a atingi-lo fortemente" (Pochmann, 1999, p. 34).

FORRESTER (1997) traduz a rapidez das mudanças ao citar que, anteriormente, existia uma relação entre empresa e trabalhador onde todos se conheciam, existia uma hierarquia, e isso era possível de se observar, onde o trabalhador poderia se empenhar e, aos poucos, se diferenciar na empresa, almejando novos e melhores cargos ao ser reconhecido o seu esforço. Atualmente, o trabalhador, mesmo demonstrando sua capacidade e interesse em crescer na empresa, necessariamente não consegue alcançar um posto almejado, pois, cada vez mais, se exigem novas mudanças e qualificações além da concorrência entre os próprios funcionários.

"A internacionalização da economia é um processo desigual, como o próprio desenvolvimento capitalista. Os mercados financeiros (...) são indubitavelmente globalizados, as grandes empresas têm componentes transnacionais, as comunicações permitem negociações rápidas e relativamente eficientes em todo o mundo" (Nascimento, 1997, p. 86).

A exclusão do mercado de trabalho tem transformado o cotidiano dos

trabalhadores que se encontravam estabilizados e empregados, forçando-os a procurarem outra atividade no setor informal. Para exemplificar tais mudanças, deve-se observar que a França, atualmente, detém o recorde de desemprego dos países do G 7 (Intignano, 1999).

"(...) a França está se tornando a mais triste fábrica de desempregados do mundo desenvolvido e a maior máquina de exclusão de sua própria juventude" (Intignano, 1999, p. 11). Nesse novo mundo dos "sobrantes" ou dos "excluídos", não existe lugar para os trabalhadores do "velho" mundo do trabalho, para aquelas profissões onde o principal componente era o "homem" e sua força de trabalho. Essas atividades estão sendo praticamente extintas e substituídas pelas máquinas e pelos botões, sendo esta uma tendência que se solidifica e aumenta cada vez mais.

Países que até pouco tempo vivenciavam uma situação de pleno emprego estão convivendo com altas taxas de desemprego, ou seja, mesmo as economias internacionais – modernas, diferenciadas, desenvolvidas – deixam de ser "inatingíveis", passando por situações desastrosas e até mesmo semelhante à dos países em desenvolvimento, onde a exclusão começa a ser percebida e contabilizada.

"Robert Reich e Jeremy Rifkin, apresentam uma visão pessimista do capitalismo global com referência à exclusão social e ao fim dos empregos. Reich considera que o mercado tem gerado a reestruturação produtiva vivenciada hoje, provocando uma profunda modificação na organização do trabalho e do emprego" (Reich; Rifkin Apud Dupas, 2000, p. 173).

Para REICH E RIFKIN (apud Dupas, 2000), assim como a Europa, os Estados Unidos também foram sacrificados e atingidos com a reestruturação, pois, mesmo aumentando a oferta de emprego em alguns setores, a exclusão continuou aumentando entre trabalhadores menos qualificados.

A França, atualmente, é um país ameaçado e atingido pelos problemas sociais, um país que sofre com o desemprego, onde a noção de "nova pobreza" já está fazendo parte do seu cotidiano, assim como muitos outros países desenvolvidos que ainda não se mostram preocupados com as situações de exclusão que também estão vivenciando (Forrester, 1997).

Nessa perspectiva, *"Os tormentos do trabalho perdido são vividos em todos os*

níveis da escala social. Em cada nível, eles são sentidos como uma prova opressiva que parece profanar a identidade de quem a sofre" (Forrester, 1997, p. 47). Não existe uma divisão onde apenas os pobres estão sem emprego, mas, sim, indivíduos de todas as camadas sociais, tanto executivos e pós-graduados, como trabalhadores menos qualificados, assalariados.

"Na França, por exemplo, a taxa de desemprego dos trabalhadores com o segundo ou terceiro graus, com formação em uma grande escola ou em uma escola de engenharia, passou de 1,3% para homens e 1,5% para as mulheres, em 1971, para 2,5% e 5,9% em 1999, respectivamente" (Généreux Apud Marques, 1997, p. 65).

Além da França, outros países estão convivendo com um aumento do desemprego, sendo que a maior preocupação, hoje é seu alastramento significativo na classe média e entre os jovens, além de não se tratar de um desemprego característico dos processos de reestruturação das economias, mas, sim, o fim de muitas vagas que estão sendo extintas em troca de pequenas ampliações em novos setores. *"Em 1958, a França tinha 25 mil desempregados. Hoje, em 1996, quase 3,5 milhões. Existem cerca de 120 milhões de desempregados no mundo, 35 milhões dos quais nos países industrializados: 18 milhões na Europa"* (Hausson; Rey Apud Forrester, 1997, P. 84).

Os jovens já excluídos do mercado de trabalho se mostram também excluídos das relações com a sociedade. Alguns vivem em guetos, em situação de risco. O problema agrava-se ainda mais para aqueles que são filhos de imigrantes, ou negros, ou que fazem parte de uma cultura ou religião discriminada. Existem ainda, aqueles jovens que sofrem exclusão por sempre terem vivido na pobreza: *"São os pobres que, de imediato, são indesejáveis, e de imediato colocados onde só há ausência, confisco (...)"* (FORRESTER, 1997, p. 81).

Contudo, além de os sujeitos estarem vivendo uma situação de desemprego, ou precarização do trabalho, convivem com um sentimento de desqualificação social, pois *"(...) a perda de uma relação estável com o emprego e o débil poder de negociação de muitos trabalhadores levam a uma maior incidência de tensões importantes na vida de suas famílias (...)"* (CASTELLS apud DUPAS, 2000, p. 186). Além disso, aqueles que se encontram empregados também convivem com uma

preocupação constante em relação à perda do mesmo.

“Para os que ainda têm a felicidade de estar empregados, parcial ou totalmente, a possibilidade de demissão ou o fim do contrato determina que vivam somente o dia de hoje, não havendo mais, no seu horizonte, o amanhã. Nesse quadro de incerteza, o trabalho perde crescentemente sua capacidade de integrar os indivíduos na sociedade” (Marques, 1997, p. 69).

A preocupação em amenizar e diminuir essa realidade leva os governos a criarem programas e propostas para diminuir ou atenuar os problemas com a exclusão, como os programas de renda mínima iniciados na França, ou a redução da jornada de trabalho. *“Mas seus remendos têm como principal efeito manter sistemas que se esforçam em fazer de conta que funcionam, mesmo mal, e sobretudo permitir a recondução de jogos de poderes e hierarquias, eles próprios ultrapassados”* (Forrester, 1997, p. 17).

Outro agravante para o problema do desemprego no mundo está no âmbito da demografia, pois a tendência é aumentar ainda mais a população e, conseqüentemente, o número de desempregados, criando uma situação onde: *“(...) para estabelecer ou restabelecer uma situação decente neste planeta, seria necessário criar um bilhão de empregos novos nos próximos dez anos, enquanto o emprego está desaparecendo”* (FORRESTER, 1997, p. 98).

Embora a preocupação de alguns indivíduos seja estabelecer ou amenizar problemas com o aumento do desemprego, não se pode dizer que uma retomada do crescimento irá aumentar a produtividade e o número de empregos, pois, atualmente, o aumento dos lucros dos capitalistas está apenas relacionado ao acúmulo de trabalho para os trabalhadores e não à abertura de novos postos.

Esse novo quadro manifesta-se de forma agressiva e desumana, deslocando trabalhadores para fora do mercado e fortalecendo a precarização nas relações de trabalho. No mundo desenvolvido, principalmente na França, surgiram novos sistemas de proteção social que atendem a todas as parcelas da população atingida diretamente pela exclusão social, ou pela exclusão do trabalho. São programas que garantem uma renda mínima aos indivíduos, atendendo a famílias, idosos, e jovens; outros são programas que tentam viabilizar uma integração do sujeito com a sociedade.

Considerações finais

O caráter multidimensional que está incorporado na questão exclusão social, tanto no que refere às velhas quanto às novas formas de exclusão, requerem a adoção de conjuntos de políticas sociais públicas e/ou privadas que atendam as especificidades regionais do local onde o fenômeno ocorre. Nesta perspectiva, os trabalhos de investigação, que vão instrumentalizar as políticas, deveriam envolver o exame de formas e instrumentos que resultem na construção de uma situação de bem estar público comum. Principalmente, neste momento em que de um lado a reestruturação produtiva se mostra como o motor da exclusão social e, de outro o aumento das pressões para reforma dos sistemas de proteção social no sentido de torná-los cada vez mais de responsabilidade individual e menos de responsabilidade pública governamental.

Bibliografia

DEMO, Pedro. Exclusão Social: Novas e velhas formas. UnB/ SER, Brasília, outubro de 1996.

DIEESE. Disponível na internet. <http://www.dieese.com.br>.

DUPAS, Gilberto. Economia Global e Exclusão Social: pobreza, emprego, estado e o futuro. 2ª edição revista e ampliada, São Paulo, Paz e Terra: 2000.

FORRESTER, Viviane. O Horror econômico. São Paulo, Editora da Universidade Estadual paulista: 1997.

INTIGNANO, Béatrice Majnoni d'. A fábrica dos desempregados. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil: 1999.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Relatório sobre o desenvolvimento humano no Brasil. Brasília, DF: PNUD, 1996.

MARQUES, Rosa Maria. A proteção social e o mundo do trabalho. São Paulo: Bienal, 1997.

MARTINS, Clítia Helena Backx; MAMMARELLA, Rosseta. Impactos Sociais e Territoriais da Reestruturação Econômica no Rio Grande do Sul. FEE, Porto Alegre, maio de 1999.

MATTOSO, Jorge. O Brasil desempregado. Como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90. São Paulo, Fundação Perseu Abramo: novembro de 1999.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro. Globalização e exclusão social: fenômenos de uma crise da modernidade? In: DOWBOR, Ianni; Resende (org.). Desafios da

Globalização. Petrópolis, Vozes: 1997.

OLIVEIRA, Paulo Vinicius Johnson Duarte de. Teorias cepalinas de desenvolvimento econômico e aspectos distributivos da renda no Brasil – 1960/90. Porto Alegre. Trabalho de Conclusão de Curso, Curso de Ciências Econômicas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1998.

PED Pesquisa de emprego e desemprego na região metropolitana de Porto Alegre, FEE, Porto Alegre, ano IX, n.º 2, fevereiro de 2000.

POCHMANN, Marcio. O trabalho sob fogo cruzado. Exclusão, desemprego e precarização no final do século. São Paulo, Contexto: 1999.

REIS, Carlos Nelson dos. A Relação Estado-Sociedade – o desmonte das instituições sociais e a exclusão social. In: Análise, Porto Alegre, v. 8, n. 2, 1997a.

REIS, Carlos Nelson dos. A Economia brasileira em rota de Real(idade): mudanças, definições e reformulações. In: Indicadores Econômicos FEE. Porto Alegre, v. 25, n. 2, agosto de 1997b.

RODGERS, Gerry. Overcoming exclusion: Livelihood and rights in economic and social development. International Institute for Labour Studies. Geneva, August 1994.

SANDRONI, Paulo. Dicionário de Economia. 6º edição. São Paulo, Best Seller: 1994.

SANTOS, Jussara dos. Reestruturação produtiva e flexibilidade no mercado de trabalho no Brasil: uma análise a partir dos anos 80. In: Análise, Porto Alegre, n.º 2, V. 7, 1996.

SCHNAPPER, Dominique. Integração e Exclusão nas sociedades modernas. In: PAUGAN, Serge (org.). L' Exclusion Fétat des savoirs. Paris, Éditions La Decouverte: 1996.

SINGER, Paul. Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas. São Paulo, Contexto: 1998.

WANDERLEY, Mariangela Belfiore. Refletindo sobre a noção de exclusão. In: Revista Serviço Social e Sociedade. Ano XVI, São Paulo, Cortez, 1999, n.º 55.